

PARA QUE SERVE A HISTÓRIA? DEPENDENTE DE A QUAL FIM SE PRESTE A NARRATIVA HISTÓRICA

José Ferreira Júnior

Doutor em Ciências Sociais (Sociologia)

Faculdade de formação de Professores de Serra Talhada – Fafopst

Email: ferreirajunior.jose@yahoo.com.br

Janaina Freire dos Santos

Mestre e Doutor em Ciências Sociais (Sociologia)

Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada – FAFOPST

Email: janainasantos1983@hotmail.com

Resumo:

Este texto tem como objetivo promover discussão acerca da serventia da História, enquanto matéria-prima que serve ao historiador na construção de narrativas. São mostrados três exemplos, nos quais se verifica como pode ser a História, traduzida em narrativa, elemento de satisfação de interesses. Conclui-se que, ainda que se verifique nos dias atuais discurso desqualificador direcionado às Ciências Humanas, onde se abriga a História, esta se revela instrumento que, a depender do uso feito pelo historiador, poderá ser direcionada para fins determinados, promotores de benesses ou não, quando se trata de verdade histórica.

Palavras-chave: História, historiador, serventia.

WHAT IS THE STORY FOR? DEPENDS ON WHICH END THE HISTORICAL NARRATIVE IS PROVIDED

José Ferreira Júnior

Doutor em Ciências Sociais (Sociologia)

Faculdade de formação de Professores de Serra Talhada – Fafopst

Email: ferreirajunior.jose@yahoo.com.br

Janaina Freire dos Santos

Mestre e Doutor em Ciências Sociais (Sociologia)

Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada – FAFOPST

Email: janainasantos1983@hotmail.com

Abstract

This text aims to promote discussion about the usefulness of history, as a raw material that serves the historian in the construction of narratives. Three examples are shown, in which one can see how History can be translated into narrative, an element of satisfaction of interests. It can be concluded that, even though there is a disqualifying discourse directed to the Human Sciences, where history is housed, it proves to be an instrument that, depending on the use made by the historian, may be directed to determined purposes, promoters of benefits or no, when it comes to historical truth.

Keyword: History, historian, servant.

Os dias contemporâneos brasileiros têm sido palco de representações negativas relacionadas à utilidade da História. Assim, não poucos são os discursos desqualificadores direcionados à História, enquanto ciência, e, por tabela, ao historiador, enquanto sujeito promotor de sentido aos fatos e construtor de narrativas.

Não obstante o em torno hostil relacionado às Ciências Humanas e Sociais que se verifica na contemporaneidade brasileira, pensamos que está na ordem do dia o fazer historiográfico que promova a demonstração de que há, sim, um valor intrínseco a esse fazer. É a partir da existência dessa convicção, que ao escrever este texto demonstramos pelo menos três respostas ao perguntar que se faz sobre a utilidade da História. Iniciamos mostrando que a História pode cumprir o papel de satisfazer demandas previamente determinadas pelo historiador e, como exemplo para tal afirmação, trazemos a construção do passado histórico brasileiro. Em seguida, trazemos outro exemplo de como a História pode ser utilizada, quando de esclarecimentos dados por historiadores a componentes de júri e à autoridade eclesiástica, ambos franceses. Por fim, buscando tratar de algo relacionado ao que pesquisamos, trazemos a discussão acerca de como é possível utilizar a História com intuito de promover narrativas divorciadas da realidade, porquanto se objetiva inventar uma tradição, como ocorre, em Serra Talhada, no Sertão Pernambucano.

Satisfação de demandas previamente determinadas: o exemplo da construção do passado histórico brasileiro

Desfrutando de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural, a pesquisa historiográfica revela-se “submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (CERTEAU, 2007, p. 56). Desse modo, submetida a essa condicionalidade, os métodos são definidos, os documentos e as questões organizados, enfim é delineada “uma topografia de interesses” (Idem) .

Diante disso, o historiador, cujo trabalho principal é, segundo Barros (2017, p. 8), “o de construir interpretações que darão sentido aos fatos históricos”, ocupa um lugar de destaque, porque qualquer que seja a interpretação que se dê a um acontecimento histórico não ocorre divorciada de um sistema de referência, e este sistema, afirma Certeau (2007, p. 57) nada mais

FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina Freire dos. Para que serve a história? Depende de a qual fim se preste a narrativa histórica.

é que “uma filosofia implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à "subjetividade" do autor”.

Assim, olhando pelo prisma que julgue ser o melhor, o historiador, dentre os fatos que existem relacionados com o que pretende pesquisar, separa os que lhe interessa, agindo como selecionador, decidindo “quais os fatos que vêm à cena e em que ordem e contexto” (CARR, 2002, p. 47). Essa realidade, dentre outras coisas, é que promove a possibilidade de virem à luz narrativas históricas que busquem satisfazer demandas previamente determinadas, ou seja, promove o surgimento de narrativas históricas sob encomenda. Como exemplo, veja-se o caso da construção/invenção do passado histórico brasileiro.

A construção/invenção do passado histórico brasileiro

Em 1822, estabelecida oficialmente a independência do Brasil em relação a Portugal, necessário se fazia construir uma identidade nacional, ou seja, “o Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para se oferecer um passado e abrir-se um futuro” (REIS, 2007, p. 26). Ou seja, “a nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro” (REIS, 2007, p. 25).

Esse desejo de ter uma identidade não era algo exclusivo do Estado brasileiro. Percebe-se também esse intento, por parte de países europeus, como, por exemplo, a Alemanha, que demonstrando clara preocupação nacionalista, vai procurar valorizar sua origem e, objetivando satisfazer essa demanda, foca seu olhar no período chamado medieval e promove o ajuntamento de documentação, com estímulo governamental, que leva décadas para ser concluído, conhecido como *Monumenta Germaniae Historica*¹.

O exemplo alemão é citado porque, quando Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1850, publica a sua *História Geral do Brasil*, é perceptível sua preocupação com a exegese documental, prática que se assemelha à de Leopold Von Rank, nome de destaque da chamada “Escola Científica Alemã” (CANABRAVA, 1971). Essa influência ranqueana em Varnhagen

¹ De acordo com Borges (2006), trata-se da mais importante coleção de textos medievais existentes e que reúne as mais variadas leis bárbaras e documentos sobre imperadores e papas, crônicas, poemas etc.

é também corroborada por Abreu (1975), quando referindo-se ao afinco com que Varnhagen se dedicava à pesquisa documental, assemelhou-o a um bandeirante, no referente à busca da verdade.

Todavia, antes que Varnhagen tomasse para si a missão de escrever, segundo Reis (2007, p. 28), “uma história que realizasse um elogio do Brasil, dos seus heróis portugueses do passado distante e recente, que expressasse uma confiança incondicional em seus descendentes”, fato que lhe renderá o título de “*Heródoto do Brasil*” e, por conseguinte, fundador da História do Brasil, dois acontecimentos relacionados à construção/invenção do passado histórico brasileiro, significativos em importância e que se ligam indubitavelmente à sua ação, aconteceram e convém trazê-los à luz: a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e a narrativa histórica produzida por Karl Philipp Von Martius, em 1845.

O surgimento do IHGB e a Narrativa histórica de Von Martius.

Criado em 1838, o IHGB exerceu importante papel no referente à constituição da história brasileira e, por quase um século, exerceu grande influência, visto que, segundo Reis (2007), até início da década de 1930, foi o único centro de estudos históricos do Brasil.

Segundo os nativistas do IHGB, o Brasil precisava se reconhecer tanto geográfica quanto historicamente. Tratando-se do auto-reconhecimento histórico (que é o que nos interessa nesta discussão), o projeto do IHGB propunha que:

Deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos. Para isso, deveria coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil, incentivar os estudos históricos, manter relações com as instituições congêneres do exterior, especialmente com a instituição que foi o seu modelo, o *Institut Historique* de Paris. Desde então, o Brasil procurou os franceses como referência intelectual (REIS, 2007, 26).

É com o discurso perpassado pela ótica positivista de privilegiar os grandes feitos e os grandes personagens, obviamente definidos a partir de uma intencionalidade previamente definida, que o IHGB, em 1840 (ano da entronização de Pedro II), propõe um concurso, que premiaria quem elaborasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil.

O botânico e viajante alemão, Karl Phillipp von Martius, é quem vence o concurso. Sua monografia, *Como se deve escrever a história do Brasil*, foi publicada em 1845 na *Revista do IHGB*. A obra de von Martius, que se revelava elemento do projeto histórico que pretendia promover uma identidade ao Brasil, experimentou entranhamento tanto na elite quanto na população brasileira e, segundo Reis (2007, p. 26), “lançou os alicerces do mito da democracia racial brasileira”. Esta afirmação é ratificada por Barata (1974), quando diz que para von Martius a identidade brasileira se encontra na mescla de raças.

Qual seria a história que compunha a História do Brasil escrita por von Martius? Como se deu seu entranhamento tanto por parte da elite quanto por parte da população brasileira? À primeira pergunta é respondida, de forma sintética, por Reis (2007):

No essencial, a história do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas ao Brasil. O português foi o inventor e motor essencial do Brasil [...] O historiador deverá transportar o leitor à casa dos colonos e mostrar como viviam, com o se relacionavam com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da igreja e da escola; como chegavam as plantas e árvores; como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comércio. Mostrar, ainda, como chegavam as idéias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. Quanto às demais raças, o historiador filantrópico, humano e profundo cristão, não poderá deixar de abordá-las. Deverá defender essas raças desamparadas. Se o português é a raça mais importante, as raças etiópica e indígena reagiram positivamente. (REIS, 2007, p. 27).

É perceptível a presença do eurocentrismo, enquanto ideologia, e do etnocentrismo, enquanto maneira de desconsiderar a alteridade. Os óculos culturais usados por Von Martius é desqualificador do que se diferencia da cultura européia. Possivelmente o botânico alemão sofresse influência da concepção antropológica reinante à época, proveniente da Escola Evolucionista, que conferia ao civilizado, no caso, o europeu, a proeminência sobre os demais povos. Ou seja, tratava-se de se considerar todos como seres humanos, mas diferenciar levando-se em conta o estágio de evolução vivenciado. O parâmetro era a cultura européia.

A semente do mito da democracia racial é vista, quando se observa no relato de Von Martius a inexistência de resistência, tanto por parte do índio quanto por parte do negro, no que se refere à dominação e imposição cultural do branco português. As culturas dominadas, na concepção de Von Martius, capitularam diante do querer colonizador. Claro que essa tese é insustentável, visto que a resistência dos dominados se fez de maneira diversificada, como é sabido hoje. Todavia, à época essa tese atendia às demandas do Estado brasileiro.

À segunda pergunta, que pondera sobre como houve a interiorização da narrativa de Von Martius, Thais Nívia de Lima Fonseca, em seu livro *História & Ensino de História* (2011), propõem-se a responder, quando se reporta à relação existente entre a intencionalidade do IHGB e a produção da narrativa de Von Martius:

Do século XIX até a década de 30 do século XX essas elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação, o que as levou a considerar detidamente o problema da mestiçagem, visto na sua perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que envolvia a população afro-brasileira [...] Von Martius propunha uma história que partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo branqueamento como caminho seguro para a civilização. Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola (FONSECA, 2011, p. 46).

Assim, a história produzida por Von Martius passaria, por meio de programas curriculares e dos manuais didáticos, do IHGB às salas de aulas. Ressalte-se que tais manuais eram, em sua maioria, escritos pelos sócios do Instituto Nessas circunstâncias a História vai se constituir como disciplina escolar no Brasil e, vai se revelar como sendo “uma história eminentemente política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja católica e a monarquia” (FONSECA, 2011, p. 47).

Varnhagen e a sua História Geral do Brasil

Coube a Von Martius dizer como deveria ser escrita a história do Brasil, mas não lhe coube escrever o que projetou. Ou seja, Von Martius produziu um projeto de história do Brasil, somente. Varnhagen, amigo que era do Imperador Pedro II, tomou para si a missão de por em funcionamento o idealizado por Von Martius, ou seja, dar ao Brasil um passado que, às gerações do presente, viesse a impactar e lhe estimular na construção futura do país, tendo como referência as figuras e os feitos dos heróis portugueses.

A construção/invenção do passado brasileiro feita por Varnhagen, nada obstante se constituir narrativa embasada em árdua pesquisa arquivística, que se verifica pelo uso de material inédito, o que, segundo Canabrava (1971), deu à narrativa varnhagueana uma consistência ainda não vista, é uma narrativa que, segundo Odália (1979) tem como sujeitos o colonizador (português e branco) e o Estado, na pessoa do Imperador Pedro II.

No cumprimento de sua “missão”, Varnhagen deixou claro acerca do que o Brasil independente, no referente à identidade, queria e não queria ser, sendo tal afirmação pautada nos quereres das elites brancas que fizeram a independência, conforme se verifica no excerto abaixo:

A identidade da nova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria apenas política. Os portugueses são os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores [...] o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico. (REIS, 2007, p. 31)

Percebe-se que o atendimento aos quereres das elites brasileiras deveria passar inevitavelmente pela negação do Brasil na construção do passado do Brasil. Ou seja, ao novo país será dada a identidade vivenciada pela colônia. O que difere é o fato que a Coroa não se encontra mais além-mar, em Portugal, mas no próprio solo brasileiro.

A postura engajada de Varnhagen na produção de uma narrativa histórica sob encomenda, onde se observa escrita que satisfaça a quem lhe confiou a missão de escrever, assemelha-se à prática dos monges copista medievais, que quando contratados para escrever a histórica de uma casa real ou de uma família, preocupavam-se mais em agradar quem os contratava do que averiguar se o que escreviam condizia com a verdade (BORGES, 2006).

Poderia ser argumentado que outra narrativa não poderia ser construída por Varnhagen, uma vez que “representa o pensamento brasileiro dominante do século XIX” (REIS, 2007, p. 33). Pode-se levantar bandeira de apoio à ação varnhagueana, visto que, pode-se alegar que, referente ao historiador, segundo Bloch (2002, p. 55), “a atmosfera em que seu pensamento respira é a categoria da duração”. Tais argumentações se constituem verdadeiras.

Todavia, a discussão que empreendemos não caminha na direção de negar o pensamento de uma época e ou inadmitir ser a história filha de seu tempo. O que aqui se discute é o fato de que a História serve para atender demandas previamente determinadas, bastando, para isso, que o historiador atue como um selecionador de fatos, como o fez Varnhagen, sendo esse selecionar ação que buscou atender uma intencionalidade previamente determinada: dar ao Brasil um passado de glórias, para isso, escamoteando fatos que iriam em rota de colisão com o idealizado e transformado em narrativa.

Testemunhar acerca do que já não existe: o exemplo dos julgamentos de Maurice Papon e Paul Touvier, na França.

As ações de homens e mulheres em sociedade produzem os acontecimentos históricos e estes, por sua vez, são perpassados por intencionalidades, visto que o que se executa é previamente planejado e eivado de sentido, promovendo, segundo Weber (2012), a existência de ação racional que objetiva um fim.

Os acontecimentos históricos são a matéria-prima utilizada pelo historiador para a produção do conhecimento histórico, que se faz anunciar através de narrativas. Estas, por sua vez, apresentam-se como sendo “verdades”, visto que dependem e decorrem “de uma relação sujeito-objeto, da iniciativa construtiva do real pelo sujeito” (REIS, 2006, p. 155).

O discurso é o canal porque se materializam essas narrativas. É elemento imprescindível na construção do que é chamado por Certeau (2007) de operação historiográfica, uma vez que, segundo Reis (2006, p. 155), “não há uma verdade que se auto-apresente e que dispense a construção e o discurso”.

Diante dessa relação intrínseca entre História e historiador, este é, então, o responsável por fazê-la vir à luz, visto que ela se atrela sempre ao já ocorrido e, por conseguinte, passado. Assim, o uso da História como testemunha, ou seja, como elemento que pode dar esclarecimentos de fatos que, no presente sabe-se de sua ocorrência passada, mas se desconhece seus elementos constitutivos, não prescinde do pesquisar, do resumir e do comunicar, ações da ossada do historiador (LEVI, 2014).

Enquanto exemplo corroborador com o que foi dito acima, trazemos o ocorrido na França, em 1998, quando historiadores foram convocados como “testemunhas” do júri popular de Bordeaux, quando do julgamento de Maurice Papon, um oficial do Governo Francês de Vichy, que colaborou com o Regime Nazista durante a Segunda Guerra Mundial². O ineditismo desse arrolamento de testemunhas é comentado abaixo:

² Era acusado de ter ordenado a prisão e a deportação de 1.560 judeus, incluindo crianças e idosos, entre 1942 e 1944, para o campo de extermínio, em Auschwitz;

Diante desse tribunal, que as partes civis e a defesa designaram como tribunal da História, testemunhas de um tipo peculiar, *experts* em uma espécie singular foram citados a comparecer: os historiadores. Estranhas testemunhas, em verdade. Por não conhecerem o acusado, não podem ser consideradas como testemunhas de moralidade; por não terem como atestar um contato efetivo com a realidade sensível dos fatos e dos atos incriminados, também não podem ser designadas como testemunhas materiais. Nenhuma memória visual, nenhuma memória auditiva poderia aqui ajudá-las a esclarecer os jurados (DUMOULIN, 2017, p. 11)

Por não se enquadrarem como testemunhas de moralidade ou testemunhas materiais, respectivamente por desconhecerem o acusado e por não terem mantido efetivamente qualquer contato com a realidade dos fatos e dos atos definidos como crimes e julgados naquele tribunal, os historiadores, porta-vozes da História, feriam o que se diz no Direito, referente a testemunhas. Desse modo, a defesa do acusado levantou protesto, uma vez que as testemunhas presentes eram despossuídas de expertise, visto que nenhuma lista de *experts* históricos adjuntos aos tribunais lhes conferia essa qualidade e “sua capacidade de aconselhar o presidente do júri, em matérias que escapam à competência jurídica deste, ainda não foi demonstrada” (*Op. Cit.* 2017, p. 12).

Os historiadores testemunham daquilo que não foram testemunhas. Como? Trazendo à luz narrativas acerca do que estava em julgamento, preenchendo as lacunas que decorriam do fato de os jurados não terem vivido a época em discussão. Assim, de acordo com Dumoulin (2017, p. 13) “essa ‘onipresença’ dos historiadores remete à necessidade de remediar o *déficit* de experiência do júri que não viveu o período concernido; os conhecimentos por vestígios dos historiadores supririam, então, a falta de compreensão daquele que não viveu o fato”.

Ainda a França é palco onde a História, mediante a mediação do historiador, atua como testemunha, quiçá como testemunha de acusação, quando em 29 de junho de 1989, o cardeal Decourtray anuncia publicamente que “uma comissão de historiadores foi constituída com a função de lançar toda luz possível, com a devida independência, sobre a ajuda concedida pela Igreja da França a Paul Touvier³, durante os anos em que este viveu fora da lei” (*Op. Cit.* 2017, p. 14). Essa empreitada dada aos historiadores se fez realizada por uma comissão, tendo como presidente, René Rémond. Em 1992, os historiadores trazem à luz o que a História tinha

³ Conhecido como “O Carrasco de Lyon”, Paul Touvier colaborou com os nazistas, na França ocupada, perseguiu e extorquiu judeus;

a dizer sob a investigação feita⁴. Sobre a atuação e produção dos historiadores citados, é dito por Oliver Dumoulin (2017):

Dessa experiência de história sob encomenda de uma instituição e com fins práticos, já que se trata de identificar o grau de responsabilidade da Igreja nas manobras que esconderam Paul Touvier da Justiça de seu país, os participantes da comissão tiram conclusões que lançam uma luz diferente sobre a significação da atividade e da produção do historiador (DUMOULIN 2017, p. 15).

Percebe-se, diante do exposto acima, que a História pode vir a cumprir função significativa, no referente a promover condições de que se pratique justiça, quando praticantes de crimes escamoteiam suas ações criminosas, usando de estratégias, as mais diversas, como fizeram os acusados e condenados, Maurice Papon e Paul Touvier.

À semelhança do que ocorreu na França, outras experiências poderiam vir a acontecer, chamando a História a testemunhar, no referente a fatos ocorridos no passado e que repercutem no tempo presente. Os discursos negacionistas construídos em torno da ditadura militar, que se instalou no Brasil, via golpe civil-militar, em 1964 e durou até 1985, por exemplo, podem ser citados. Não poderiam vir a ser objeto de contestação e, justaposto a esse agir, não poderia haver uma força tarefa de historiadores para trazer à luz narrativas do acontecido no Brasil, entre 1964 e 1985, quando finda o período ditatorial?

É fato que se criou, em 2011, através da Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade, que tinha como função a apuração de violações aos direitos humanos e crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro contra cidadãos que lutaram contra a repressão imposta pelo regime ditatorial. O prazo de sua atuação foi de dois anos, sendo estendido para dois anos e meio. Em maio de 2012 foi instituída, tendo em sua formação original sete membros. Nenhum desses membros era historiador (a), fato que rendeu críticas da Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), que assim registra em sua página:

Ao analisar as formações dos membros da CNV, é indubitável que todos são detentores de um exímio currículo em diversas áreas do conhecimento. Mas não são historiadores! Será que o ofício do historiador não caberia nessa comissão? Será que esse ofício é tão vil ao ponto de não poder ajudar nas pesquisas de investigação desse passado tão importante na nossa História?⁵

⁴ “Paul Touvier e a Igreja: relatório da comissão histórica instituída pelo cardeal Decourtray”;

⁵ In: <<<https://anistiapolitica.org.br/abap3/2014/03/31/historia-historiador-e-a-comissao-da-verdade-50-anos-que-ainda-tem-muito-a-ser-revelado-ou-nao> />> Acesso em 13/10/2019;

Não se sabe o porquê da nomeação de outros profissionais em detrimento do historiador. Seria precipitado fazer afirmações. Porém, mesmo que não tivesse poder nem de punir nem de indiciar criminalmente qualquer violador dos direitos humanos, mas somente de apresentar recomendações ao Estado brasileiro, teria sido de bom senso a inclusão de historiadores. Estes, com maior desenvoltura, porque conhecem os meandros do conhecimento do campo histórico, poderiam, como diz Febvre (1992) *apud* Reis (2007, p. 9), “organizar o passado em função do presente”.

À questão relacionada à ditadura no Brasil não foi dado o “tratamento” necessário. O mote “Anistia: ampla, geral e irrestrita” cumpriu-se em sua inteireza, ou seja, a reboque trouxe benesses para quem torturou e ou matou. Não obstante o agir legal que coloca em um mesmo grupo de beneficiados torturados e torturadores, vítimas e assassinos, a História prestaria significativo serviço à sociedade, através de historiadores, que se preocupassem em exercer o trabalho que se espera que um historiador exerça: pesquisar, resumir, comunicar (LEVI, 2014), trazendo à luz o que muitos querem que permaneça oculto.

Desdizer o que foi “mal dito”, a fim de que venha à luz o que deve ser dito: o caso da memória Lampiônica em Serra Talhada - PE.

A memória de Lampião tem sido objeto de uso diversificado. Varia de conformidade com o interesse de quem lhe lança mão. Exemplo que mostra o que afirmamos são as ações que empreenderam e empreendem, relacionadas a essa memória, produtores culturais da cidade de Serra Talhada, situada na Microrregião do Pajeú, no sertão de Pernambuco. O enredo que envolve as ações desses sujeitos, desde meados da década de 1980, satisfaz ao que pretendemos neste capítulo: mostrar como há a possibilidade de se “mal dizer”, via discurso, oral e ou escrito, acerca da história do chamado Rei do Cangaço⁶.

Em Serra Talhada, local de nascimento do famoso cangaceiro, verifica-se a invenção de uma nova tradição, nos moldes ditos por Hobsbawm e Ranger (2007, p. 9): “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas”. Nova tradição, porque

⁶ A opção pela temática memória lampiônica se deve ao fato de que tem sido tema de pesquisas realizadas, quando dos meus estudos de mestrado e doutorado (nota do autor);

FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina Freire dos. Para que serve a história? Depende de a qual fim se preste a narrativa histórica.

substitui a que perdurou de meados dos anos 1970 até meados dos anos 1980, que identificava Serra Talhada como “cidade tri-campeã da beleza feminina” e que se ancorava no fato de a cidade ter dado a Pernambuco três misses, nos consecutivos anos de 1974, 1975 e 1976.

Na construção da tradição lampiônica, discursos e eventos foram inventados visando dar ao cangaceiro uma imagem diferenciada da pecha de bandido sanguinário que o perpassava e, ainda, para muitos, continua perpassando-o. Uma das primeiras ações ocorridas foi a invenção do discurso “Nem herói, nem bandido: Lampião é história”, de autoria do produtor cultural Anildomá Willans de Souza, que posteriormente o transforma em livro.⁷

Afirmar e defender que Lampião deve ser tratado como história é ação que retira o cangaceiro da discussão cotidiana polarizada em herói e bandido. Essa estratégia se respalda em outros personagens históricos, sobre quem também se constrói discussões acaloradas. A ideia de Anildomá, conhecido popularmente por Domá, foi divulgada em carta aberta à população serratalhadense, em 1991. Abaixo uma parte do seu conteúdo:

Lampião [...] de fuzil em punho, entrou para a história do século XX [...] atraiu para si a simpatia dos sertanejos sofridos, transformando-se, assim, numa espécie de bandido-herói, tal qual foi o lendário Robin Hood, na Inglaterra. Lembramos que figuras como Billy The kid, Jesse James, no Velho Oeste americano, são lembrados em suas cidades natais com grandes monumentos, vivendo sua região exclusivamente do turismo, e eles não foram nem mais nem menos bandidos que nosso conterrâneo. (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 79).

Percebe-se o empenho em positivar a memória lampiônica, ou seja, uma vez que se define antecipadamente o objetivo que se quer alcançar, empreendem-se ações que julgam serem capazes de alcançá-lo. Para a satisfação do objetivo proposto, o discurso é lançado, “ainda que seja necessário enganar e iludir, indo além da verdade ou falseando-a” (SCHWARTZENBERG 1978, p. 14).

Pensamos que não seja necessário nos alongar em detalhes, referente ao que protagonizam produtores culturais serratalhadense, quando a temática é a invenção da tradição lampiônica. Outros textos de nossa autoria podem ser consultados, caso se queira mais informações.⁸

⁷ SOUZA, Anildomá W de. Lampião: nem herói, nem bandido – a história. Serra Talhada. Sertagráfica. 2007;

⁸ FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada**. Dissertação. PPGCS / UFCG. Campina Grande – PB. 2010; FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano**. PPGCS / UFCG. Tese. Campina Grande – PB. 2014; FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina F dos.

FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina Freire dos. Para que serve a história? Depende de a qual fim se preste a narrativa histórica.

Diante do ocorrido em Serra Talhada, vem à luz um serviço possível de ser prestado pela História, que é desdizer o que foi “mal dito”, a fim de que prevaleça o que deve ser dito. Que Lampião é história, isso é fato, uma vez que às suas ações os historiadores lançaram luz (CARR, 2002), porém atribuir-lhe o status de engajado politicamente é sobremodo falacioso.

Na literatura dita acadêmica, pensa-se ter sido Rui Facó, com seu “*Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e Lutas*”, publicado em 1963, o primeiro a estabelecer ligação entre Cangaço e Revolução, visto que atribui ao movimento cangaceiro a classificação de proto revolucionário das lutas camponesas e sua “interpretação do cangaço parte do pressuposto que os cangaceiros representam uma forma de luta ativa contra a opressão do latifúndio” (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 15). Segundo Facó (1983, p. 21), “era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma “saída” nos grupos de cangaceiros [...] sonhando a conquista de uma vida melhor”.

O momento em que se dá essa construção simbólica em torno da figura do cangaço e, conseqüentemente em torno de Lampião, é o espaço de tempo entre finais dos anos 1950 e início dos anos 1960, palco de atuação do fundador das Ligas Camponesas em Pernambuco, Francisco Julião Arruda de Paula, que vai, de acordo com Sá (2006, p. 177), “reivindicar os cangaceiros como elementos pioneiros de seu combate”.

As condições sociais, políticas e econômicas da época, bem como a ênfase dada ao aporte teórico marxista se tornaram elementos instigadores para a existência dessa ligação entre cangaceiro e instrumentalidade política. Essa forma de ver o cangaceiro, á época, foi, de acordo com Sá (2006, p. 177), “uma resposta à opressão do latifúndio e a um aparelho judicial corrupto e ineficaz [...] que vai, inclusive, reverberar no resgate da memória do cangaço elaborado pelos militantes dos movimentos sociais no Nordeste”.⁹

Proximidade geográfica, distância conceitual: concepções de produtores culturais sobre a memória lampiônica nas cidades de Serra Talhada e Triunfo – PE. Ponta de Lança: **Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**. v. 12, n. 22, p. 93 - 106, jul. 2018. ISSN 1982-193X. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/9296>; FERREIRA JÚNIOR, José; SOARES, Cristiano E de C. **O papel da mídia na invenção e venda da memória lampiônica em Serra Talhada – PE**. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil. UFPI. Teresina – PI. Disponível em <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT14-07.pdf> ;

⁹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST, é exemplo de movimento social atuante no Nordeste que faz alusão à memória do cangaço, enquanto elemento de luta contra a opressão proveniente do latifúndio;

Esse discurso sobre o cangaceirismo decorria de uma leitura equivocada feita, à época, por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que segundo Pericás (2010), eram despossuídos de preparo teórico sistemático e orgânico, além de pouco conhecimento da formação histórica, econômica e social da nação. Ponderavam os comunistas serem os cangaceiros sujeitos capazes de absorver ideais revolucionários. O PCB leva à III Conferência de Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, realizado em Moscou, em 1934, proposta de alinhar os cangaceiros na luta revolucionária, fazendo-os participantes das guerrilhas nordestinas. Esse pensar dos militantes do PCB cai por terra, quando se verifica, na realidade, a motivação do lutar cangaceiro. Esta estava divorciada de contestação da ordem, mas era perpassada por ela:

O que se pode afirmar é que os cangaceiros não lutavam, deliberadamente, para a manutenção ou para a mudança de nenhuma ordem política. Eles lutavam, isso sim, para defender seus próprios interesses. Na realidade, eles sabiam muito bem qual era a configuração de forças no Sertão, quais eram os seus principais atores e quais as instituições que existiam em sua época. E fizeram sua escolha. (PERICÁS, 2010, p. 187, 188).

Assim, percebe-se inexistir no agir cangaceiro uma característica revolucionária, que visasse a quebrar os paradigmas vigentes à época. Mas, diante dessa realidade, não se concebe atribuir ao cangaceiro inexistência de consciência política, uma vez que suas ações eram perpassadas por sentido, sendo isso verificado nas alianças que construía com coronéis e oficiais de polícia, bem como na construção de redes de apoiadores, os chamados coiteiros, somente para citar exemplo. Que se afirme ser minúscula a consciência política daqueles sujeitos, talvez tendo como limite a intuição, é aceitável. Mas negar-lhes a capacidade de racionalmente agir, buscando satisfazer demandas particulares, inclusive a manutenção de suas vidas, é equívoco.

Relatos atribuídos a Antônio Silvino, cangaceiro também famoso e que antecedeu Lampião no cangaço, coloca em xeque o discurso de haver em Lampião preocupação com os explorados pelos poderosos da sua época. Veja-se o depoimento de Antônio Silvino dado ao folclorista cearense, Leonardo Mota, em 1930, na prisão, e reproduzido por Queiroz (1977):

-----Silvino, que você me diz de Lampião?

-----Ah, seu doutor, **Lampião é um Prinspe!**

-----Príncipe por quê?

----Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas estão mais aperfeiçoadas. Não falta quem venda tudo. Caixeiro viajante não é besta para se esquecer de levar presente de bala para ele. **A polícia quer é só se encher de dinheiro no Sertão** [...] Não tenha dúvida, Lampião é um **Prinspe!** QUEIROZ, 1977, p. 93) (Grifos nossos).

Duas, talvez, possam vir a serem as óticas por que se possa enxergar essa declaração de Antônio Silvino: talvez quisesse dizer que ele fosse o rei e Lampião, por sua vez, alguém menos importante e, portanto, um príncipe; a segunda, talvez a mais acertada, levando-se em conta a denúncia feita pelo cangaceiro na continuidade da entrevista e sendo a que vai aqui ser considerada, quisesse dizer que o tratamento recebido por Lampião era semelhante àquele recebido por um príncipe.

Tomando-se como referência Julio José Chiavenato, em seu *“Cangaço: a força do coronel”* (1990), percebe-se que, de fato, “o tratamento dado a Lampião era o de um príncipe, no que tange às benesses recebidas pelo cangaceiro a partir de acordos tácitos feitos com oficiais da polícia, de acolhida cedida por ricos e poderosos fazendeiros e da amizade travada com homens públicos” (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 39). Lampião é visto, então, como alguém inteligente que, sabendo ser a sua sobrevivência dependente de acordos, tratou de fechá-los e, quando oportunidade teve de se beneficiar com alguma situação, não se fez de rogado, beneficiou-se.

Do próprio Lampião procedem informes que denunciam inexistir em sua práxis elementos ideológicos, que apontassem para um engajamento político comprometido com o confronto ao médico Otacílio Macedo, na cidade de Juazeiro do Norte, que foi publicada no Jornal *O Ceará*, edição de 17 de março de 1926. De acordo com Mello (2004, p. 118), quando perguntado sobre a possibilidade de abandonar o cangaço, Lampião responde fazendo outra pergunta estabelece diálogo com o entrevistador:

---- Se o senhor estiver em um **negócio** e for-se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo?

---- Está claro que não! – responde o jornalista. O bandido então arremata:

---- Pois é exatamente o meu caso, **porque vou me dando bem com este negócio não pensei em abandoná-lo.**

---- Em todo caso, pretende passar a vida toda neste “negócio”?

---- Não sei... Talvez... **Preciso trabalhar ainda uns três anos.** Tenho alguns “amigos” que quero visitá-los, o que ainda não fiz, esperando uma oportunidade. (grifos nossos).

Cangaço para Lampião era negócio, ou seja, era meio de vida, maneira de se amealhar bens. Nada existe na fala do cangaceiro que aponte para a existência de preocupação com alguém que não seja ele próprio. A fala de Lampião denuncia postura de vida que se encima na racionalidade burguesa do lucro.

Em suas memórias, registradas no livro *“Lampião: memórias de oficial ex-comandante de forças volantes*, publicado em 1953, Optato Gueiros relata fatos que se relacionam à inexistência, por parte de Lampião, em buscar outra coisa na prática do cangaço, senão o próprio benefício. Afirma o ex-oficial de polícia que ao ser perguntado sobre a razão de não ter atacado uma ‘volante’ que passara nas proximidades onde estava acampado, Lampião teria dito: “Ah! Menino! Isso aqui é meio de vida. Se eu fosse atirar em todos os macacos que eu vejo, já teria desaparecido” (GUEIROS, 1953, p. 86).

De outra feita, ainda no livro citado, Gueiros (*op. cit.* p. 128), revela, com mais detalhes, o uso do cangaço por parte de Lampião como meio de vida. Pormenoriza uma das práticas componentes do lucrativo negócio empreendido pelo Rei do Cangaço: a sua atuação como revendedor de munição aos seus cabras: “recebia Lampião cargas e mais cargas de munições adquiridas a cinco mil réis a bala, que era distribuída aos seus fiéis servidores a dez mil réis [...] calcula-se haver durado esse estado de coisas quatro anos, até quando foi morto, na toca da fazenda Angicos, seu covil mais privilegiado”.

Diante do que foi exposto nesta discussão, percebe-se como é possível a construção de discursos que promovem a existência de um mal dizer histórico que, claro, objetivam-se porque se pretende dar satisfação aos interesses de quem os fazem existir. Também se verifica, e a este pormenor foi dado ênfase, como à História se confere a possibilidade de desdizer o que foi mal dito, a fim de que venha à luz o que deve ser dito.

Considerações Finais

A discussão promovida neste texto aponta para a possibilidade do uso da História, enquanto acontecimento resultante de ações humanas, para fins diversificados, quando da produção historiográfica. Ou seja, dependendo qual seja a intencionalidade que perpassa o historiador, sua narrativa, produto do seu trabalho, atenderá a uma finalidade.

FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina Freire dos. Para que serve a história? Depende de a qual fim se preste a narrativa histórica.

Seja num trabalho sob encomenda, como o foi a produção de Varnhagen; seja acessando o passado e informando acerca de feitos, como o foi nos casos de Maurice Papon e Paul Touvier; seja desdizendo o que foi “mal dito”, como ocorre no relacionado à invenção da tradição lampiônica, a História se mostra como matéria-prima ao historiador.

Assim, não está em desuso e ou obsolescência o conhecimento histórico. Pelo contrário, revela-se como de significativa importância, ainda que nos dias presentes, principalmente no Brasil, exista um discurso desqualificador direcionado às Ciências Humanas, onde se abriga a História.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Necrológio de Varnhagen*. In: **Ensaaios e estudos: crítica e história**. Rio de Janeiro/Brasília. Civilização Brasileira/INL. 1975.

BARATA, M. **A obra de Martius e a sua presença na cultura brasileira**. In: II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Recife. UFPE. 1974.

BARROS, José de A. **Teoria e Formação do Historiador**. Petrópolis – RJ. Vozes. 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2002.

BORGES, Vavy P. **Que é História**. São Paulo. Brasiliense. 2006.

CANABRAVA, A. P. *Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano*. **Revista de História**. São Paulo. USP. 1971.

CARR, Edward H. **Que é História?** São Paulo. Paz e Terra. 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2007.

CHIAVENATO, Julio J. **Cangaço: a força do coronel**. São Paulo. Brasiliense. 1990.



FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina Freire dos. Para que serve a história? Depende de a qual fim se preste a narrativa histórica.

DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal.** Belo Horizonte. Autêntica. 2017.

FACÓ, Ruy. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1983.

FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada.** Dissertação. PPGCS / UFCG. Campina Grande – PB. 2010.

FERREIRA JÚNIOR, José; SOARES, Cristiano E de C. **O papel da mídia na invenção e venda da memória lampiônica em Serra Talhada – PE.** XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil. UFPI. Teresina – PI. 2012. Disponível em <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT14-07.pdf>;

FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano.** PPGCS / UFCG. Tese. Campina Grande – PB. 2014.

FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina F dos. *Proximidade geográfica, distância conceitual: concepções de produtores culturais sobre a memória lampiônica nas cidades de Serra Talhada e Triunfo – PE.* Ponta de Lança: **Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura.** v. 12, n. 22, p. 93 - 106, jul. 2018. ISSN 1982-193X. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/9296> ;

FONSECA, Thais N de L. **História & Ensino de História.** 3. Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2011.

GUEIROS. Optato. **Lampião: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes.** Recife: s.ed. 1953.

HOBBSAWM, Eric; RANGEL, Terence. **A Invenção das Tradições.** São Paulo. Paz e Terra. 2007.



FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Janaina Freire dos. Para que serve a história? Depende de a qual fim se preste a narrativa histórica.

LEVI, Giovanni. **O Trabalho do Historiador**: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606 Acesso em 20 de setembro de 2014.

MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo. Girafa. 2004.

ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo. Ática. 1979.

PERICÁS, Luiz B. **Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo. Boitempo. 2010.

QUEIROZ, Maria I. P. de. **Os Cangaceiros**. São Paulo. Duas Cidades. 1977.

REIS, José C. **História & Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro. FGV. 2006

REIS, José C. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro. FGV. 2007.

SÁ, Antônio F. de A. O Cangaço entre a história e a memória. In: Dossiê, práticas culturais e identidades. **Revista Tempos Históricos**. Volume 09. 2º semestre. Marechal Cândido Rondon. 2006.

SCHWARTZENBERG, Roger G. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro. Difel. 1978.

SOUZA, Anildoma W de. **Lampião**: nem herói, nem bandido – a história. Serra Talhada. Sertagráfica. 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília. UnB. 2012.

Sites consultados

Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP). In <<<https://anistiapolitica.org.br/abap3/2014/03/31/historia-historiador-e-a-comissao-da-verdade-50-anos-que-ainda-tem-muito-a-ser-revelado-ou-nao/>>> Acesso em 13/10/2019;

Recebido em 2019-10-31 Aprovado em 2019-11-29 Publicado em 2019-12-31

